

CCJC aprova PEC que isenta IPVA de veículos com mais de 20 anos

Por Diego Davi

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (9), a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 72/23, do Senado, que isenta do pagamento de imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) veículos terrestres de passageiros, caminhonetes e mistos com 20 anos ou mais de fabricação. A exceção é para os micro-ônibus, ônibus, reboques e semirreboques, que continuam a ser taxados.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG). Andrada ressaltou que a Emenda Constitucional 132/23 já “iniciou o meritório processo constitucional de não incidência de IPVA para alguns casos, objetivando garantir justiça tributária no País”. Pela Emenda, ficaram isentos, por exemplo, tratores e máquinas agrícolas e plataformas suscetíveis de se locomover na água.

O relator destacou também que vários estados já promovem isenções nesse sentido. Passada a análise da admissibilidade na CCJC, a PEC será encaminhada para Comissão Especial, esse colegiado dispõe do prazo de quarenta sessões, a partir de sua constituição, para proferir o seu parecer, reservando-se as dez primeiras para o recebimento de emendas dos deputados. Após, se aprovada, será direcionada ao Plenário da Câmara, para análise, discussão e votação em dois turnos.



NESTA EDIÇÃO

[Nova estratégia para coibir os roubos de celulares](#)

[Proposta de Emenda à Constituição que acaba com IPVA para veículos com mais de 20 anos](#)

[Por dentro do Processo legislativo: entenda o que é um Parecer](#)

[CNH para pessoas de baixa renda](#)

Por Diego Davi

Ministério da justiça prepara uma nova estratégia para coibir roubo de celulares



O governo federal lançou uma nova etapa do programa Celular Seguro, através de uma ferramenta inédita que amplia o **combate aos roubos e furtos de celulares em todo o país**. A partir do dia 7 de abril, usuários de aparelhos com restrições por furto, roubo ou extravio começaram a receber no celular mensagens do Ministério da Justiça. O objetivo é dificultar a revenda de aparelhos roubados, enfraquecer o mercado ilegal e proteger os cidadãos. A medida também envolve campanhas educativas e ampliação do uso de ferramentas de rastreamento. Em 7 de abril,

foram disparadas 1. 118 mensagens para todo o país.

Como funciona o sistema de alerta:

Toda vez que um novo chip for inserido em um celular com registro de restrição e o aparelho voltar a se conectar à rede, o sistema envia um alerta automático ao novo número. A mensagem informa que há um bloqueio ativo sobre o IMEI (número de identificação único do aparelho) e orienta o usuário a acessar o site celularseguro.gov.br para regularizar a situação.

O que fazer se receber o alerta:

No site do programa, o cidadão recebe as instruções de como proceder se receber a mensagem:

- Se tiver nota fiscal, deve comparecer a uma delegacia para comprovar a posse do aparelho;
- Se não tiver nota fiscal, deve ir à delegacia devolver o celular de forma voluntária;
- O comparecimento espontâneo pode evitar a abertura de inquérito policial e a responsabilização por crimes como receptação.

Por Yasmin Souza

Por dentro do Processo legislativo: entenda o que é um Parecer

Um parecer é um documento emitido por um parlamentar sobre projetos de lei, propostas ou emendas, para avaliar o conteúdo e orientar a decisão dos demais parlamentares. Qualquer iniciativa legislativa que comece a tramitar no Congresso Nacional, precisa passar por determinadas etapas. É comum, dentre as etapas, o envio da proposta as comissões temáticas, responsáveis por analisar e discutir o conteúdo do projeto, como as comissões de saúde e educação, por exemplo. Dentro das comissões, um parlamentar é designado como relator do projeto, sendo responsável por analisar o texto e apresentar um parecer, contendo sua avaliação sobre aquele conteúdo.

Em regra, o parecer deve ser escrito, mas excepcionalmente pode ser oral (verbal), conforme estabelece o art. 157, §§ 2º e 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O parecer orienta os outros parlamentares na hora da votação, principalmente aqueles que não têm tempo para estudar todos os detalhes de cada projeto. Ele também dá **mais transparência e fundamentação técnica ao processo de decisão**.

Além disso, os pareceres ajudam a registrar o histórico e a motivação por trás das leis que são aprovadas, que podem ser utilizadas em futuras interpretações jurídicas.

O parecer pode ser:

- **Favorável** – recomenda que o projeto seja aprovado como está;
- **Favorável com emendas** – recomenda a aprovação, mas sugere mudanças no texto;
- **Contrário** – recomenda que o projeto não seja aprovado.

Um parecer geralmente apresenta:

- **Relatório:** exposição de todas as circunstâncias da matéria examinada;
- **Voto do relator:** em termos objetivos, com a sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total, ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade de oferecimento de modificação



Reprodução: Câmara dos Deputados.

Por Yasmin Souza

Câmara analisa emendas ao projeto que custeia a habilitação de motoristas de baixa renda

A Câmara dos Deputados recebeu a emenda do Senado federal ao Projeto de Lei 3965/21, de autoria do Deputado José Guimarães (PT/CE). A proposta prevê a destinação de uma parte das arrecadações por multas de trânsito para o custeio da formação de motoristas de baixa renda. O Projeto propõe a isenção total ou parcial das taxas do Detran para desempregados, estudantes e beneficiários de programas sociais (Bolsa Família, CadÚnico). Com a aprovação do PL, os recursos destinados ao custeio do processo de habilitação dos condutores, passarão a cobrir as taxas e os demais custos envolvidos na formação de motoristas e na emissão da Carteira Nacional de Habilitação(CNH).



Reprodução: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados.

Segundo Guimarães, “o projeto tem um **compromisso com o social**, ajudando as pessoas que não têm condições de tirar sua carteira devido ao alto custo. É uma quantidade imensa de pessoas que pode ser beneficiada”.

As emendas receberam o Parecer Preliminar de Plenário, do Deputado Alencar Santana (PT/SP), no dia 26/03/2025. Logo após foram incluídas na Ordem do Dia, mas não foram apreciadas por cinco sessões seguidas.

FIQUE SABENDO

Tudo o que você precisa ler para se manter atualizado

CLIQUE PARA SABER +

- [Senadoras cobram espaço físico para a Bancada Feminina](#)
- [Programa Jovem Senador inspira iniciativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal](#)



Projeto proíbe exploração de petróleo e gás na Amazônia e obriga recuperação ambiental das áreas

LDO de 2026 estima risco de demandas judiciais contra a União em R\$ 2,6 trilhões

Projeto institui programa de acolhimento de mães atípicas



[@projetopoliteia](https://www.instagram.com/projetopoliteia)



[@projetopoliteia](https://open.spotify.com/artist/projetopoliteia)



[Projeto Politeia](https://www.facebook.com/ProjetoPoliteia)



contatopoliteiaunb@gmail.com



P O L I T E I A

Projeto de Simulação do Sistema Legislativo Brasileiro